

Mestrado Próprio

Direitos Humanos





Mestrado Próprio Direitos Humanos

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 60 ECTS
- » Horário: Ao seu próprio ritmo
- » Exames: Online

Acesso ao site: www.techtute.com/pt/direito/mestrado-proprio/mestrado-proprio-direitos-humanos

Índice

01

Apresentação

pág. 4

02

Objetivos

pág. 8

03

Competências

pág. 12

04

Direção do curso

pág. 16

05

Estrutura e conteúdo

pág. 20

06

Metodologia

pág. 30

07

Certificação

pág. 38

01

Apresentação

Através da correta interpretação e defesa dos Direitos Humanos, é possível erradicar as desigualdades raciais ou garantir o pleno desenvolvimento das vítimas de conflitos armados. Por conseguinte, os juristas devem possuir um vasto conhecimento neste domínio, a fim de contribuir para a resolução destes desafios e garantir o bem-estar das pessoas. Face a esta situação, a TECH criou esta certificação, que permitirá aos alunos aprofundar os mecanismos de defesa dos DH em contextos de guerra, migração ou discriminação com base na identidade. Assim, numa modalidade 100% online e sem ter de se deslocar a um centro de estudos, aumentará significativamente as suas competências jurídicas.





“

Faça este Mestrado Próprio e controle os mecanismos mais eficazes e vanguardistas de proteção das vítimas de conflitos armados”

Apesar dos inúmeros avanços culturais registados nas últimas décadas, a pena de morte, a discriminação de género ou a restrição dos direitos dos migrantes são aspetos que continuam a existir em diferentes sociedades. Por isso, cada vez mais as organizações internacionais estão a unir esforços para abolir estes comportamentos. Neste contexto, a figura do jurista especializado em Direitos Humanos é muito necessária a estas entidades para contribuir para a preservação do bem-estar e da igualdade de oportunidades de todas as pessoas.

Por esta razão, a TECH desenvolveu este Mestrado Próprio, através do qual os estudantes aumentarão significativamente os seus conhecimentos e competências neste domínio jurídico. Durante 12 meses de aprendizagem intensiva, o estudante aprofundará os mecanismos de proteção dos Direitos Humanos a nível europeu, africano e americano. De igual modo, investigará a violação dos DH decorrente dos fluxos migratórios, dos ambientes digitais e dos conflitos armados. Também examinará aprofundadamente os instrumentos atualizados oferecidos pelo Direito Internacional para combater a pena de morte.

Graças ao facto de esta certificação se desenvolver através de um método inovador de ensino 100% online, os estudantes poderão aprender sem ter de renunciar às suas obrigações familiares e profissionais. Além disso, beneficiará de uma variedade de materiais didáticos, incluindo leituras complementares, vídeos e resumos interativos. Assim, desfrutará de um ensino agradável e absolutamente eficaz, com o objetivo de favorecer a compreensão ágil e bem sucedida dos conhecimentos.

Este **Mestrado Próprio em Direitos Humanos** conta com o conteúdo educacional mais completo e atualizado do mercado. As suas principais características são:

- ♦ O desenvolvimento de casos práticos apresentados por especialistas no campo jurídico
- ♦ Os seus conteúdos gráficos, esquemáticos e eminentemente práticos fornecem informações práticas sobre as disciplinas que são essenciais para a prática profissional
- ♦ Exercícios práticos onde o processo de autoavaliação pode ser levado a cabo a fim de melhorar a aprendizagem
- ♦ A sua ênfase especial em metodologias inovadoras
- ♦ Lições teóricas, perguntas ao especialista, fóruns de discussão sobre questões controversas e atividades de reflexão individual
- ♦ A disponibilidade de acesso ao conteúdo a partir de qualquer dispositivo fixo ou portátil com ligação à Internet



Conheça os principais riscos do ambiente digital e os procedimentos de defesa dos direitos das pessoas na Internet"

“

Seja capaz de defender os Direitos Humanos com solvência em diferentes situações socioculturais após a conclusão deste Mestrado Próprio”

O corpo docente do Mestrado Próprio inclui profissionais do setor que trazem a sua experiência profissional para esta capacitação, para além de especialistas reconhecidos de sociedades de referência e universidades de prestígio.

O seu conteúdo multimédia, desenvolvido com a mais recente tecnologia educativa, permitirá ao profissional uma aprendizagem situada e contextual, ou seja, um ambiente simulado que proporcionará uma capacitação imersiva programada para praticar em situações reais.

A conceção deste Mestrado Próprio baseia-se na Aprendizagem Baseada em Problemas, através da qual o profissional deverá tentar resolver as diferentes situações da atividade profissional que surgem ao longo do mesmo. Para tal, contará com a ajuda de um sistema inovador de vídeo interativo desenvolvido por especialistas reconhecidos.

Graças a esta certificação, ficará a conhecer os mecanismos mais recentes previstos pelo Direito Internacional para combater a pena de morte.

Estude de forma 100% online e sem necessidade de se deslocar a um centro de estudos.



02

Objetivos

A TECH concebeu este Mestrado Próprio com o intuito de permitir aos estudantes aprofundar os aspetos cruciais dos Direitos Humanos aplicados às migrações, às questões de género ou ao ciberespaço. Tudo isto beneficiando de um conjunto de materiais didáticos preparados por especialistas com uma vasta experiência profissional no domínio jurídico.



“

Atualize-se sobre a proteção dos direitos das mulheres e LGTBIQ+ graças a este Mestrado Próprio da TECH”



Objetivos gerais

- ♦ Examinar os fundamentos do Direito Internacional dos Direitos Humanos e as transformações que este introduziu no Direito Internacional Público
- ♦ Estudar em profundidade os mecanismos de controlo dos Direitos Humanos na Europa, América e África
- ♦ Desenvolver conhecimentos sobre os direitos dos povos indígenas numa perspetiva holística
- ♦ Identificar os diferentes mecanismos de garantia dos Direitos Humanos para a proteção das mulheres e da comunidade LGBTQI+
- ♦ Aprofundar o quadro legal internacional e europeu que regula o ciberespaço, com especial ênfase na proteção dos Direitos Humanos
- ♦ Investigar a relação entre a atividade empresarial e os Direitos Humanos
- ♦ Expandir os seus conhecimentos sobre o Direito Internacional Humanitário



Interprete plenamente o funcionamento dos procedimentos de asilo na União Europeia"



Objetivos específicos

Módulo 1. Proteção Universal dos Direitos Humanos

- ♦ Examinar o conteúdo e o alcance da Declaração Universal dos Direitos Humanos
- ♦ Identificar os instrumentos de aplicação nacional das diferentes fontes do Direito Internacional e do Direito da União Europeia relativamente aos Direitos Humanos

Módulo 2. Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos de Natureza Regional

- ♦ Determinar e identificar os direitos e liberdades protegidos na União Europeia e os seus mecanismos de proteção
- ♦ Examinar o funcionamento dos sistemas europeu, interamericano e africano de proteção dos Direitos Humanos
- ♦ Compreender a cultura asiática e islâmica e a sua própria conceção dos direitos humanos

Módulo 3. Direito ao Desenvolvimento, recursos naturais e povos indígenas

- ♦ Estudar em profundidade a segurança alimentar, a soberania alimentar e o direito à alimentação
- ♦ Investigar os desafios mais urgentes do Direito Agroalimentar
- ♦ Conhecer os instrumentos internacionais de luta contra a pobreza, as necessidades rurais e as políticas sociais

Módulo 4. Género, identidade e diversidade

- ♦ Analisar a evolução histórica dos direitos humanos sobre o género
- ♦ Examinar os principais casos internacionais de proteção dos Direitos Humanos da mulher e da comunidade LGBTQI+

Módulo 5. Fluxos migratórios e Direitos Humanos

- ♦ Aprofundar o funcionamento dos procedimentos de asilo no quadro da União Europeia
- ♦ Abordar o regime aplicável a imigrantes e refugiados
- ♦ Determinar o funcionamento do regime de vistos de Schengen

Módulo 6. Luta contra a pena de morte: novos instrumentos de Direito Internacional

- ♦ Analisar a jurisprudência internacional relativa às várias fases da pena de morte e à sua eventual expansão aos sistemas judiciais nacionais
- ♦ Identificar os instrumentos internacionais que podem ser utilizados para combater a pena de morte

Módulo 7. A proteção dos Direitos Humanos no ciberespaço

- ♦ Aprofundar a implementação do RGPD e as suas implicações na proteção de dados e privacidade online
- ♦ Examinar os acordos e tratados de proteção de dados entre a União Europeia e países terceiros
- ♦ Explorar a natureza e os desafios jurídicos dos metaversos e dos mundos virtuais em relação aos Direitos Humanos

Módulo 8. Cidadania e segurança na era digital

- ♦ Analisar as principais ameaças no espaço digital
- ♦ Determinar de que forma a Inteligência Artificial está a influenciar os processos de paz internacionais
- ♦ Estabelecer o impacto da cibersegurança do Estado nos direitos dos cidadãos

Módulo 9. Empresas e Direitos Humanos

- ♦ Investigar o âmbito dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
- ♦ Determinar o papel das partes interessadas nos processos de diligência devida e de reparação

Módulo 10. Conflitos armados e Direitos Humanos

- ♦ Analisar os limites da utilização de armas em combate
- ♦ Examinar os diferentes casos de violações do Direito Internacional Humanitário, incluindo as baixas civis e até o impacto no meio ambiente
- ♦ Estabelecer como estão organizados os diferentes tribunais de crimes de guerra e quais são as suas funções

03

Competências

Esta certificação foi desenvolvida com o objetivo de dotar os alunos das competências necessárias para identificar, interpretar e defender os Direitos Humanos em diferentes contextos socioculturais, bem como em ambientes digitais modernos. Desta forma, usufruindo de uma metodologia acadêmica inovadora e 100% online, o profissional estará preparado para enfrentar os desafios mais exigentes que surgem no seu setor.



“

Aumente as suas competências jurídicas em apenas 12 meses e através de uma metodologia educativa inovadora"



Competências gerais

- ♦ Analisar a realidade da pena de morte no mundo e as transformações registadas na capacidade dos estados
- ♦ Identificar áreas emergentes no domínio do Direito Digital e dos Direitos Humanos e antecipar possíveis desenvolvimentos e desafios futuros
- ♦ Abordar os novos desafios na área da identidade de género, expressão de género e Direitos Humanos
- ♦ Determinar os direitos e obrigações dos estados relativamente ao asilo e aos refugiados





Competências específicas

- ♦ Aplicar os princípios dos Direitos Humanos dos povos indígenas em situações reais
- ♦ Interpretar instrumentos para acelerar o desaparecimento da pena de morte
- ♦ Gerir os instrumentos jurídicos utilizados para acelerar o desaparecimento da pena de morte
- ♦ Investigar respostas normativas a fenómenos digitais emergentes, como a discriminação algorítmica, a moderação de conteúdos e a governação da Internet
- ♦ Desenvolver estratégias de defesa das vítimas de conflitos armados

“

Aperfeiçoe as suas competências na interpretação e defesa dos Direitos Humanos através desta certificação”

04

Direção do curso

Com a ideia de proporcionar o mais alto nível académico a todas as suas certificações, a TECH nomeou um excelente grupo de especialistas na área jurídica para ministrar este Mestrado Próprio. Estes profissionais, que desempenham ativamente as suas funções em diferentes áreas do Direito, serão os responsáveis pelo desenvolvimento dos conteúdos. Assim, todos os conhecimentos que transmitirão aos alunos estarão completamente atualizados.





“

Aprofunde os seus conhecimentos no domínio dos Direitos Humanos com a ajuda de especialistas com uma vasta experiência no domínio jurídico”

Direção



Doutor Víctor Luis Gutiérrez Castillo

- ♦ Investigador especializado em Direito Europeu Comum e Estudos Internacionais
- ♦ Chefe do Gabinete de Informática do Governo Regional da Andaluzia
- ♦ Consultor jurídico de instituições públicas
- ♦ Académico da Real Academia de Jurisprudência e Legislação de Espanha
- ♦ Membro do Comité Científico do Institut *Economique du Droit de la Mer* do Mónaco
- ♦ Doutoramento Europeu em Direito

Professores

Doutora Ornela Flavia Vanzillotta

- ♦ Diretora Geral de Relações Internacionais e Cooperação da Cidade Autónoma de Buenos Aires
- ♦ Diretora Geral da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Cidade de Buenos Aires
- ♦ Consultora jurídica do Ministério da Modernização, Inovação e Tecnologia do Governo da Cidade Autónoma de Buenos Aires
- ♦ Professora de estudos universitários
- ♦ Mestrado em Direito Internacional dos Direitos Humanos, Universidade de Buenos Aires

Doutora Laura Íñigo Álvarez

- ♦ Investigadora de pós-doutoramento e professora de Direito Internacional
- ♦ Autora de numerosas publicações científicas
- ♦ Cofundadora do Observatório sobre Direitos Humanos e Empresas
- ♦ Colaboradora dos *Oxford Reports on International Law in Domestic Courts*
- ♦ Doutoramento em Direito Internacional Público pela Universidade de Utrecht e pela Universidade de Sevilha
- ♦ Mestrado em Direito Público pela Universidade de Sevilha

Doutora Rabía M'Rabet Temsamani

- ♦ Investigadora especializada em Direito do Mar
- ♦ Professora em cursos e pós-graduações universitárias
- ♦ Doutoramento em Direito
- ♦ Mestrado em Relações Euro-Mediterrânicas

Dr. Miguel Ángel Martín López

- ♦ Investigador especializado em Direito Internacional Geral e Direito Agrário
- ♦ Técnica em Cooperação Internacional na Deputação de Córdoba.
- ♦ Autora de numerosas publicações científicas
- ♦ Professora de estudos universitários
- ♦ Doutoramento em Direito

Dra. Lorena Caller Tramullas

- ♦ Investigadora especialista em questões de género e DH
- ♦ Membro dos grupos científicos DECOMESI e SICA
- ♦ Prémio Luis García Portero 2022 da Real Academia de Jurisprudência e Legislação de Granada.
- ♦ Mestrado em Justiça Penal e Sistemas Penitenciários

Doutor Antonio Muñoz Aunió

- ♦ Investigador especializado em Direitos Humanos
- ♦ Diretor executivo da Rede Académica Internacional contra a Pena de Morte
- ♦ Consultor da Comissão Internacional para a Abolição da Pena de Morte
- ♦ Autor de numerosos artigos científicos sobre Direitos Humanos
- ♦ Doutoramento em Direito Internacional Público pela Universidade Carlos III de Madrid
- ♦ Mestrado em Direito da União Europeia pela Universidade Carlos III de Madrid

Dr. Damián Tuset Varela

- ♦ Investigador especializado em proteção de dados no ciberespaço
- ♦ Chefe de Secção no Secretariado Técnico Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da União Europeia e Cooperação
- ♦ Professor de estudos universitários
- ♦ Mestrado em Direito Público e da Administração Pública
- ♦ Mestrado em Ciências e Direito

Doutor Jonatan Cruz Ángeles

- ♦ Professor especializado em Direito Internacional Público e em Relações Internacionais
- ♦ Orientador de cursos de formação no domínio jurídico
- ♦ Doutoramento em Direito Público e Europeu Comum pela Universidade de Paris X
- ♦ Mestrado Interuniversitário em Diplomacia e Relações Internacionais pela Escola Diplomática de Madrid
- ♦ Mestrado em Direito Autónomo e Local pela Universidade de Córdoba

Dr. Jordi Herrera Bolaños

- ♦ Jurista especializado em Direito Internacional Público
- ♦ Consultor jurídico no Tribunal Administrativo da Organização dos Estados Americanos
- ♦ Consultor jurídico na Comunidade Urbana de Bordéus
- ♦ Mestrado em Criminologia e Ciências Forenses pela Universidade Pablo de Olavide
- ♦ Mestrado em União Europeia (especialização em Direito) pela UNED (Universidade Aberta de Espanha)
- ♦ Curso de Especialização em Direitos Humanos e Democratização pela Universidade de Sevilha

05

Estrutura e conteúdo

O plano de estudos deste Mestrado Próprio é composto por 10 módulos, através dos quais o estudante investigará os aspetos mais relevantes e atuais dos Direitos Humanos aplicados a diferentes contextos sociais. Além disso, estão disponíveis materiais didáticos em formatos como vídeo, leituras e resumos interativos, com a ideia de poder adaptar o estudo às suas necessidades académicas particulares.



“

Aperfeiçoe a sua aprendizagem através de formatos de estudo agradáveis, como o vídeo explicativo, o resumo interativo ou a simulação de casos reais”

Módulo 1. Proteção Universal dos Direitos Humanos

- 1.1. Antecedentes dos Direitos Humanos
 - 1.1.1. Os Direitos Humanos numa perspectiva histórica
 - 1.1.2. Os Direitos Humanos e a sociedade internacional contemporânea
 - 1.1.3. A Carta das Nações Unidas e os Direitos Humanos
- 1.2. Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)
 - 1.2.1. Contexto histórico da DUDH e o seu processo de adoção
 - 1.2.2. Estrutura e conteúdo do DUDH
 - 1.2.3. Valor jurídico da DUDH
- 1.3. Carta Internacional dos Direitos Humanos
 - 1.3.1. Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos
 - 1.3.2. Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais
 - 1.3.3. Os Protocolos facultativos aos Pactos
- 1.4. Proteção internacional do princípio da igualdade e da não discriminação
 - 1.4.1. Eliminação internacional de todas as Formas de Discriminação Racial
 - 1.4.2. Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
 - 1.4.3. Eliminação da discriminação por deficiência
- 1.5. Proteção internacional de grupos específicos
 - 1.5.1. Proteção internacional das crianças
 - 1.5.2. Proteção internacional dos refugiados
 - 1.5.3. Proteção internacional das Minorias
- 1.6. Proteção Internacional da dignidade e da integridade das pessoas e das suas famílias
 - 1.6.1. A proibição internacional da Tortura e de outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes
 - 1.6.2. A proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado
 - 1.6.3. A proteção dos direitos dos trabalhadores migrantes e das suas famílias
- 1.7. Mecanismos internacionais derivados dos órgãos de Direitos Humanos da Carta
 - 1.7.1. O Conselho dos Direitos Humanos
 - 1.7.2. A revisão periódica universal
 - 1.7.3. Procedimentos especiais
- 1.8. Interpretação dos tratados internacionais das Nações Unidas relativos aos Direitos Humanos pelos Comitês
 - 1.8.1. Os órgãos dos tratados internacionais de Direitos Humanos das Nações Unidas: competências no domínio dos Direitos Humanos

- 1.8.2. Mecanismos de proteção dos Direitos Humanos estabelecidos nos tratados e protocolos facultativos
 - 1.8.3. Requisitos procedimentais para a apresentação de queixas individuais aos Comitês dos Direitos Humanos
- 1.9. Outros tratados internacionais gerais sobre Direitos Humanos adotados pela ONU
 - 1.9.1. Âmbito de aplicação, e número de Estados Partes
 - 1.9.2. Os órgãos dos tratados internacionais de Direitos Humanos das Nações Unidas: competências no domínio dos Direitos Humanos
 - 1.9.3. Mecanismos de proteção dos Direitos Humanos estabelecidos nos tratados e protocolos facultativos
- 1.10. O papel da Sociedade Civil (SC) na proteção internacional dos Direitos Humanos
 - 1.10.1. Manifestações da sociedade civil na sociedade internacional contemporânea
 - 1.10.2. Participação da SC nos mecanismos oficiais de proteção
 - 1.10.3. Outras formas de controlo e vigilância

Módulo 2. Sistemas Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos de Natureza Regional

- 2.1. Universalismo versus regionalismo na proteção internacional dos Direitos Humanos
 - 2.1.1. Sistema de proteção internacional no continente europeu
 - 2.1.2. Sistema de proteção internacional no continente americano
 - 2.1.3. Sistema de proteção internacional no continente africano
- 2.2. Organizações internacionais de proteção dos Direitos Humanos no continente europeu
 - 2.2.1. A Convenção Europeia dos Direitos Humanos e os seus protocolos
 - 2.2.2. Outras convenções sobre Direitos Humanos adotadas no âmbito do Conselho Europeu
 - 2.2.3. O Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH): competência, estrutura e organização
- 2.3. Organizações internacionais de proteção dos Direitos Humanos no continente americano
 - 2.3.1. Contexto histórico da sua criação
 - 2.3.2. Os instrumentos normativos do sistema interamericano
 - 2.3.3. Os direitos e liberdades reconhecidos
- 2.4. Organizações internacionais de proteção dos Direitos Humanos no continente africano
 - 2.4.1. Contexto histórico da sua criação
 - 2.4.2. Os instrumentos normativos do sistema interamericano
 - 2.4.3. Os direitos e liberdades reconhecidos

- 2.5. Tribunais internacionais nos sistemas regionais de proteção dos Direitos Humanos
 - 2.5.1. A Corte Africana dos Direitos Humanos
 - 2.5.2. A Corte Interamericana dos Direitos Humanos
 - 2.5.3. O Tribunal Europeu de Proteção dos Direitos Humanos
 - 2.6. Proteção internacional dos Direitos Humanos e organizações internacionais de integração
 - 2.6.1. No quadro do Mercosul
 - 2.6.2. No quadro da União Europeia
 - 2.6.3. Outros sistemas de integração
 - 2.7. Procedimentos de queixas e valor das decisões dos tribunais internacionais
 - 2.7.1. O procedimento de queixa e o valor das sentenças do TEDH
 - 2.7.2. O procedimento de queixa e o valor das sentenças da CIDH
 - 2.7.3. Procedimentos de queixas e valor das sentenças da CIADH
 - 2.8. Iniciativas e desafios para a proteção dos Direitos Humanos no Oriente
 - 2.8.1. Perspetiva asiática da proteção dos Direitos Humanos
 - 2.9.2. ASEAN Comissão Intergovernamental dos Direitos Humanos
 - 2.9.3. Iniciativas e desafios para a proteção dos Direitos Humanos na Ásia
 - 2.9. A proteção dos Direitos Humanos no mundo Árabe-Islâmico
 - 2.9.1. Proteção dos Direitos Humanos no Mundo Árabe-Islâmico
 - 2.9.2. Os instrumentos normativos do sistema interamericano
 - 2.9.3. A receção da norma internacional de proteção dos Direitos Humanos
 - 2.10. O Tribunal Penal Internacional e outros tribunais penais internacionais
 - 2.10.1. O Tribunal Penal Internacional e outros tribunais penais internacionais
 - 2.10.2. Composição
 - 2.10.3. Funcionamento
- Módulo 3. Direito ao Desenvolvimento, recursos naturais e povos indígenas**
- 3.1. Direito ao Desenvolvimento
 - 3.1.1. Direito ao Desenvolvimento
 - 3.1.2. Princípio da Soberania Permanente dos Povos sobre os Recursos Naturais
 - 3.1.3. Direito ao Desenvolvimento: Conteúdo e elementos fundamentais
 - 3.1.3.1. A Declaração das Nações Unidas de 4 de dezembro de 1986
 - 3.2. Direito à Alimentação
 - 3.2.1. Situação da segurança alimentar mundial
 - 3.2.2. O direito à Alimentação: Conteúdo e textos de desenvolvimento
 - 3.2.3. Desafios atuais para o direito à alimentação
 - 3.3. Direito à água
 - 3.3.1. Panorama global atual sobre a Água e os Recursos Hídricos
 - 3.3.2. O direito à Água: Conteúdo e perspetivas de consolidação
 - 3.3.3. As Águas Oceânicas: Necessidade e progressos na sua proteção
 - 3.4. Proteção internacional dos camponeses
 - 3.4.1. A pobreza rural a nível mundial
 - 3.4.2. A Declaração das Nações Unidas de 18 de dezembro de 2018. Perspetivas de desenvolvimento
 - 3.4.3. A criação e a reivindicação de um direito à terra
 - 3.5. Povos indígenas na sociedade internacional
 - 3.5.1. A situação das populações indígenas a nível mundial
 - 3.5.2. O caminho para o reconhecimento dos seus direitos. Antecedentes. Convenção da OIT sobre as Populações Indígenas, 1989
 - 3.5.3. A Declaração Universal sobre os direitos dos povos indígenas
 - 3.6. Reconhecimento internacional dos direitos dos povos indígenas
 - 3.6.1. Direito ao território, aos seus recursos naturais e aos seus sítios sagrados
 - 3.6.2. Direitos políticos e culturais: educação, cultura e autodeterminação
 - 3.6.3. Direitos de participação e consulta: Consentimento livre, prévio e informado
 - 3.7. Sistemas internacionais de proteção regional dos povos indígenas
 - 3.7.1. Proteção dos direitos das populações indígenas no sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos
 - 3.7.2. A Declaração Americana e estudos de casos
 - 3.7.3. Referência à situação noutras áreas geográficas: África e Europa
 - 3.8. Estatuto das mulheres rurais e indígenas
 - 3.8.1. Panorama da situação da mulher rural: perspetivas e áreas de ação
 - 3.8.2. Panorama da situação da mulher indígena: perspetivas e áreas de ação
 - 3.8.3. Estudos de caso e propostas
 - 3.9. Quadro do Sistema das Nações Unidas para a ação em prol destes direitos
 - 3.9.1. Mecanismos do Sistema das Nações Unidas
 - 3.9.2. Relatores especiais das Nações Unidas: Direito à alimentação, à água, ovos indígenas, etc
 - 3.9.3. O trabalho do Fórum Permanente da ONU sobre questões indígenas

- 3.10. Outros quadros de ação: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas
 - 3.10.1. A contribuição dos ODS: potencialidades, prática, análise geral
 - 3.10.2. ODS 1 (erradicar a pobreza), ODS 2 (erradicar a fome) e ODS 6 (água e saneamento)
 - 3.10.3. O trabalho da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

Módulo 4. Género, identidade e diversidade

- 4.1. O princípio da igualdade e da não discriminação na sociedade internacional
 - 4.1.1. Limites à discriminação
 - 4.1.2. Categorias de proteção
 - 4.1.3. Prática internacional
- 4.2. Proteção internacional da Mulher
 - 4.2.1. História das Proteção internacional da Mulher
 - 4.2.2. A Convenção das Nações Unidas de 1979 para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres
 - 4.2.3. O trabalho da CEDAW
- 4.3. Influências culturais e Proteção Internacional da Mulher
 - 4.3.1. A proteção da mulher no sistema europeu de proteção dos Direitos Humanos
 - 4.3.2. A proteção da mulher no sistema interamericano de proteção dos Direitos Humanos
 - 4.3.3. A Situação da mulher no sistema africano de proteção dos Direitos Humanos dos povos
- 4.4. Género e diversidade: novos espaços de proteção internacional
 - 4.4.1. Categorias e diferenças conceituais
 - 4.4.2. Quadro jurídico convencional de proteção
 - 4.4.3. Prática internacional
- 4.5. Identidade e expressão de género: Igualdade
 - 4.5.1. Categorias e diferenças conceituais
 - 4.5.2. Identidade da Género
 - 4.5.3. Intersexualidade
- 4.6. Transexualidade: reconhecimento e proteção internacional
 - 4.6.1. Termos e classificações
 - 4.6.2. Quadro jurídico internacional
 - 4.6.3. Proteção através da jurisprudência internacional

- 4.7. Proteção internacional do direito ao casamento e à constituição de família
 - 4.7.1. Evolução internacional da regulamentação da família
 - 4.7.2. *Ius connubi* e *nubendi*
 - 4.7.3. Proteção internacional nos sistemas regionais
- 4.8. A proteção das relações afetivas e familiares
 - 4.8.1. Origens da proteção da família
 - 4.8.2. Evolução internacional da proteção das relações afetivas
 - 4.8.3. Prática internacional
- 4.9. Novas formas de violação dos DH: as terapias de conversão
 - 4.10.1. Organização Mundial da Saúde
 - 4.10.2. Prática internacional
 - 4.10.3. Iniciativas internacionais para a sua eliminação
- 4.10. Barriga de aluguer e Direitos Humanos
 - 4.10.1. Técnicas de reprodução assistida
 - 4.10.2. Sistemas regulamentares internacionais
 - 4.10.3. Tendências abolicionistas

Módulo 5. Fluxos migratórios e Direitos Humanos

- 5.1. Fluxos migratórios internacionais
 - 5.1.1. A organização internacional de migrações
 - 5.1.2. Tendências internacionais
 - 5.1.3. Interação dos fluxos migratórios com outros desafios globais
- 5.2. O direito de procurar e receber asilo
 - 5.2.1. Origens históricas
 - 5.2.2. Surgimento e evolução do asilo diplomático
 - 5.2.3. A cristalização do asilo como direito humano nos instrumentos internacionais
- 5.3. A aplicação internacional do asilo no mundo
 - 5.3.1. O direito de requerer asilo e a sua aplicação no continente europeu
 - 5.3.2. O direito de requerer asilo e a sua aplicação no continente americano
 - 5.3.3. O direito de requerer asilo e a sua aplicação no continente africano
- 5.4. O estatuto de refugiado como regime de proteção universal
 - 5.4.1. Categorias Internacionais de proteção
 - 5.4.2. Novos desafios: proteção das comunidades LGBTQI+
 - 5.4.3. Novos desafios: alterações climáticas e deslocamentos por catástrofes

- 5.5. Políticas internacionais de migração e asilo
 - 5.5.1. Origens
 - 5.5.2. Crises migratórias e impulsos políticos
 - 5.5.3. Competências das organizações internacionais de integração
 - 5.6. Processos de integração: Liberdade de circulação e fronteiras
 - 5.6.1. Liberdade de circulação
 - 5.6.2. O espaço Schengen
 - 5.6.3. Restabelecimento das fronteiras internas no espaço Schengen
 - 5.7. Agências e controlo das fronteiras
 - 5.7.1. Agências europeias de controlo fronteiriço
 - 5.7.2. Agências europeias que garantem a proteção dos DF
 - 5.7.3. Cooperação entre agências europeias e nacionais
 - 5.8. Dimensão externa do controlo das fronteiras externas
 - 5.8.1. União Europeia e países vizinhos
 - 5.8.2. União Europeia e Estados terceiros
 - 5.8.3. União Europeia e América Latina
 - 5.9. Controlo fronteiriço e DH
 - 5.9.1. União Europeia e o sistema europeu de proteção dos DH
 - 5.9.2. Responsabilidade das agências europeias
 - 5.9.3. Jurisprudência internacional e relação entre tribunais internacionais
 - 5.10. Luta contra o tráfico ilícito de migrantes na sociedade internacional
 - 5.10.1. Situação internacional da criminalidade organizada
 - 5.10.2. Instrumentos internacionais
 - 5.10.3. Instrumentos internacionais
- 6.2. O processo de extinção da pena de morte
 - 6.2.1. A moratória do Reino Unido
 - 6.2.2. O impulso político. França
 - 6.2.3. O papel da União Europeia
 - 6.3. Progressos da ONU
 - 6.3.1. Relatórios dos Relatores e dos Peritos
 - 6.3.2. Instrumentos convencionais
 - 6.3.3. A Revisão Periódica Universal
 - 6.4. Instrumentos de cooperação internacional na luta contra a pena de morte
 - 6.4.1. Instrumentos comerciais
 - 6.4.2. A rejeição de extradição por delitos puníveis com pena de morte
 - 6.4.3. Denegação da cooperação antiterrorista com os países retencionistas
 - 6.5. Efeitos da Jurisdição Internacional no processo abolicionista
 - 6.5.1. Tribunal Europeu dos Direitos Humanos
 - 6.5.2. Tribunal Internacional de Justiça
 - 6.5.3. Corte Interamericana
 - 6.6. O papel de Organizações Regionais na luta contra a pena de morte
 - 6.6.1. Conselho da Europa - Convenção Europeia dos Direitos Humanos e Protocolos Facultativos
 - 6.6.2. OEA - Pacto de San José
 - 6.6.3. União Africana - Carta Africana dos Direitos Humanos
 - 6.7. Proibição Global da tortura como exemplo para o desaparecimento da pena de morte
 - 6.7.1. A tortura como uma afronta à dignidade humana
 - 6.7.2. O corredor da morte como forma de tortura
 - 6.7.3. A tecnologia ao serviço da pena de morte. Um aperfeiçoamento da tortura
 - 6.8. Diplomacia e política internacional na luta contra a pena de morte
 - 6.8.1. O clube dos países retencionistas
 - 6.8.2. A figura das garantias diplomáticas e os seus efeitos
 - 6.8.3. A ação abolidora do Serviço de Ação Externa
 - 6.9. A ação dos novos intervenientes
 - 6.9.1. A Comissão Internacional contra a pena de morte
 - 6.9.2. REPECAP- *Academicsforabolition*
 - 6.9.3. *Ensemble contre la peine de mort*

Módulo 6. Luta contra a pena de morte: novos instrumentos de Direito Internacional

- 6.1. Evolução da regulamentação da pena de morte
 - 6.1.1. Aspetos terminológicos e conceituais
 - 6.1.2. A pena de morte na Idade Média
 - 6.1.3. A pena de morte Idade Moderna

- 6.10. Perspetivas futuras. O fim da crueldade
 - 6.10.1. A abordagem multidisciplinar
 - 6.10.2. O debate interparlamentar
 - 6.10.3. Outras estratégias

Módulo 7. A proteção dos Direitos Humanos no ciberespaço

- 7.1. Direito Digital
 - 7.1.1. O ciberespaço e Direitos Humanos
 - 7.1.2. Intervenientes e *Stakeholders* no ciberespaço
 - 7.1.3. Desafios atuais do Direito Internacional Digital
- 7.2. O RGPD: Pilar de Proteção de Dados
 - 7.2.1. Origens, objetivos e princípios do RGPD no continente europeu
 - 7.2.2. Direitos dos interessados e obrigações dos responsáveis pelo tratamento
 - 7.2.3. Transferências internacionais de dados ao abrigo do RGPD
- 7.3. Regulamentos Conexos
 - 7.3.1. Diretiva ePrivacy e sua relação com o RGPD
 - 7.3.2. Decisão de adequação e outros mecanismos de transferência
 - 7.3.3. Futuro da proteção de dados: propostas e debates
- 7.4. Liberdade de expressão no Ciberespaço
 - 7.4.1. Quadro jurídico de proteção e princípios orientadores
 - 7.4.2. Desinformação e *fake news*
 - 7.4.3. Controlo e moderação dos conteúdos nas plataformas digitais
- 7.5. Acordos de Proteção de Dados entre a UE e os Estados Unidos
 - 7.5.1. Safe Harbor e sua invalidação
 - 7.5.2. O Escudo de Proteção da Privacidade (*Privacy Shield*) e a sua evolução
 - 7.5.3. Os mais recentes acordos relativos à transferência de dados transatlânticos
- 7.6. Acesso Digital e Direito à Informação
 - 7.6.1. Exclusão digital e Direitos Humanos
 - 7.6.2. Direito ao acesso à Internet e direito à informação digital
 - 7.6.3. Inclusão digital e desafios futuros
- 7.7. Administração da Internet e Direitos Humanos
 - 7.7.1. Órgãos e estruturas de administração
 - 7.7.2. Neutralidade da rede
 - 7.7.3. Administração da Internet. Futuro

- 7.8. Discriminação e Violência online
 - 7.8.1. Quadro jurídico contra a discriminação e o assédio online
 - 7.8.2. Casos emblemáticos e respostas judiciais
 - 7.8.3. Papel das plataformas na prevenção e na resposta
- 7.9. Metaverso e Mundos Virtuais: Nova Fronteira do Direito Digital
 - 7.9.1. Abordagem concetual do Metaverso
 - 7.9.2. Direitos Humanos em mundos virtuais
 - 7.9.3. Desafios jurídicos e éticos do Metaverso
- 7.10. Direito Digital Internacional. Conclusões e perspetivas futuras
 - 7.10.1. Desafios e oportunidades do Direito Digital Internacional
 - 7.10.2. Impacto dos futuros desenvolvimentos tecnológicos nos Direitos Humanos
 - 7.10.3. Implicações éticas e legais da evolução digital

Módulo 8. Cidadania e segurança na era digital

- 8.1. Cidadania na Sociedade Internacional
 - 8.1.1. Evolução do conceito de cidadania
 - 8.1.2. Direitos e responsabilidade do cidadão
 - 8.1.3. Processos de integração internacional e cidadania
- 8.2. A cidadania digital
 - 8.2.1. A Cidadania Digital
 - 8.2.2. Direitos digitais e sua defesa a nível mundial
 - 8.2.3. Proteção dos grupos vulneráveis no mundo digital
- 8.3. Ameaças no ciberespaço
 - 8.3.1. Implicações para os Direitos Humanos: privacidade e proteção de dados
 - 8.3.2. Cibercriminalidade transnacional e jurisdição internacional
 - 8.3.3. Deteção e prevenção de ciberataques
- 8.4. Cibersegurança e Defesa do Estado
 - 8.4.1. Estratégias de ciberdefesa e de ciberataques entre nações
 - 8.4.2. Acordos e tratados internacionais de cibersegurança
 - 8.4.3. O ciberespaço na geopolítica atual: intervenientes estatais e não estatais
- 8.5. Inteligência e Inteligência Artificial (IA) nas relações internacionais
 - 8.5.1. A inteligência nas Relações Internacionais e a integração da IA
 - 8.5.2. Mudanças pós 11 de setembro nos serviços de informações e adaptação à era digital
 - 8.5.3. Desafios para a comunidade de inteligência: Direitos civis e estados de emergência

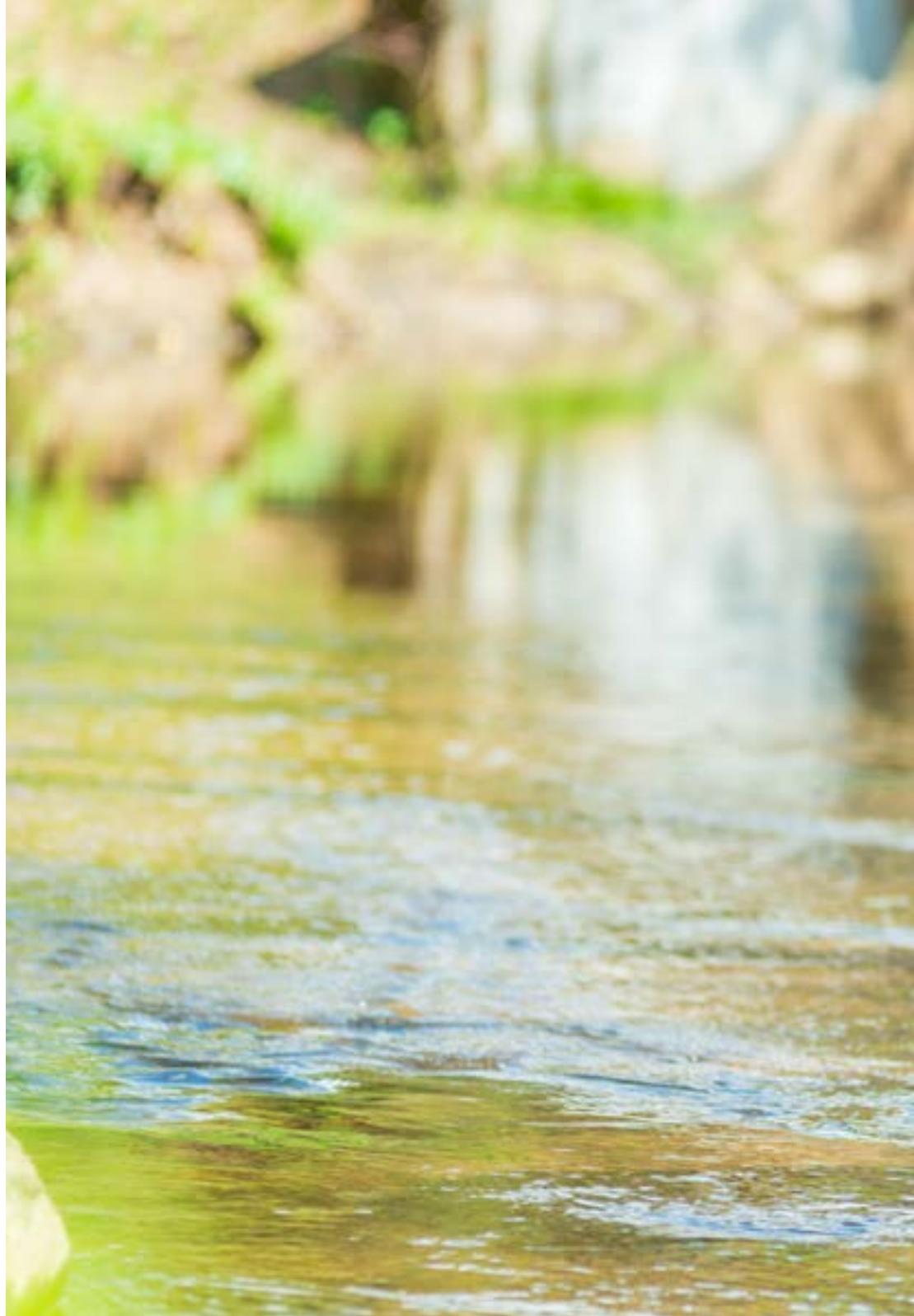
- 8.6. A Inteligência Artificial (IA) no domínio dos Direitos Humanos
 - 8.6.1. Direitos Humanos e risco de discriminação nos controlos automatizados
 - 8.6.2. Regulamentos internacionais e ética na utilização da IA
 - 8.6.3. Utilização da IA no controlo e na segurança fronteiriços
- 8.7. Conflitos armados na era digital
 - 8.7.1. O papel emergente da IA nas estratégias de guerra e nas táticas militares
 - 8.7.2. Considerações éticas e jurídicas sobre a autonomia das armas letais
 - 8.7.3. Regulamentação internacional da tecnologia de combate baseada na IA
- 8.8. Resolução de conflitos internacionais através da Inteligência Artificial (IA)
 - 8.8.1. Utilização da IA na mediação e monitorização de acordos de paz
 - 8.8.2. A IA em contextos de pós-conflito
 - 8.8.3. Exemplo prático: sucesso e fracasso da IA em cenários de negociação
- 8.9. Cooperação Internacional e Inteligência Artificial (IA)
 - 8.9.1. A IA na Diplomacia e na Cooperação Multilateral
 - 8.9.2. Acordos globais sobre o Desenvolvimento e a Utilização da IA
 - 8.9.3. Criação e promulgação de normas internacionais no ciberespaço
- 8.10. Conetividade global, Descentralização e Autonomia Digital
 - 8.10.1. Internet das Coisas (*IoT*), Realidade Virtual (*VR*) e Realidade Aumentada (*AR*): Oportunidades e Riscos
 - 8.10.2. Direitos Humanos na era das tecnologias imersivas
 - 8.10.3. Regulamentação internacional e políticas públicas face às novas tecnologias
- 9.4. Pilar II dos Princípios Orientadores: responsabilidade corporativa de respeito
 - 9.4.1. Políticas empresariais e medidas de transparência
 - 9.4.2. Respeitar e prevenir as empresas através da devida diligência
 - 9.4.3. Mecanismos internos de remediação
- 9.5. Pilar III dos Princípios Orientadores: o dever de remediação
 - 9.5.1. Medidas eficazes
 - 9.5.2. Mecanismos de remediação judicial
 - 9.5.3. Mecanismos de remediação extrajudiciais
- 9.6. Diligência devida no domínio dos Direitos Humanos
 - 9.6.1. Diligência devida
 - 9.6.2. O papel das partes interessadas
 - 9.6.3. Implementação da diligência devida na prática
- 9.7. Iniciativas internacionais para a regulamentação internacional da diligência devida relativa aos Direitos Humanos
 - 9.7.1. Desenvolvimentos regulamentares relativos ao dever de diligência obrigatória no continente europeu
 - 9.7.2. O rascunho da Diretiva Europeia sobre o dever de diligência das empresas relativa à sustentabilidade
 - 9.7.3. Outras iniciativas setoriais
- 9.8. Processo conducente a um tratado vinculativo sobre empresas e Direitos Humanos
 - 9.8.1. Contexto do tratado no âmbito dos trabalhos da ONU
 - 9.8.2. Primeiros rascunhos do tratado
 - 9.8.3. Relação do tratado com outros instrumentos
- 9.9. Empresas, Direitos Humanos e defensores
 - 9.9.1. Atividade empresarial e defensores dos Direitos Humanos
 - 9.9.2. O problema das SLAPP (ações judiciais estratégicas contra a participação pública)
 - 9.9.3. A necessária participação das partes interessadas
- 9.10. Empresas em situações de conflito armado
 - 9.10.1. Reforço da diligência devida em situações de conflito armado e de alto risco
 - 9.10.2. Crimes internacionais e cumplicidade das empresas
 - 9.10.3. O conceito de saída responsável

Módulo 9. Empresas e Direitos Humanos

- 9.1. As empresas transnacionais na sociedade internacional
 - 9.1.1. Relação entre empresas e Direitos Humanos
 - 9.1.2. As empresas como agentes não estatais no quadro dos Direitos Humanos
 - 9.1.3. Responsabilidade social corporativa vs. empresas e Direitos Humanos
- 9.2. Instrumentos internacionais relativos às empresas e aos Direitos Humanos
 - 9.2.1. O Pacto Global da ONU
 - 9.2.2. As Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais
 - 9.2.3. Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos
- 9.3. Pilar dos Princípios Orientadores: o dever de proteção do Estado
 - 9.3.1. Obrigações do Estado e prevenção de abusos por parte das empresas
 - 9.3.2. Empresas públicas e contratos públicos
 - 9.3.3. Coerência das políticas públicas

Módulo 10. Conflitos armados e Direitos Humanos

- 10.1. Direito Internacional Humanitário
 - 10.1.1. Direito Humanitário Bélico (ius in bello)
 - 10.1.2. Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 10.1.3. O ius contra bellum
- 10.2. Regras e princípios básicos do Direito Internacional Humanitário (DIH)
 - 10.2.1. Princípio da humanidade
 - 10.2.2. Princípio da distinção
 - 10.2.3. Princípio da limitação
- 10.3. Proteção das vítimas através da regulação da condução das hostilidades
 - 10.3.1. Conflitos armados internacionais
 - 10.3.2. Conflitos armados não internacionais
 - 10.3.3. A evolução das classes de conflitos
- 10.4. Proteção das diferentes categorias de vítimas através da sua identificação
 - 10.4.1. Feridos e doentes
 - 10.4.2. Náufragos
 - 10.4.3. Prisioneiros de guerra e população civil
- 10.5. Proteção de vítimas e bens particularmente vulneráveis
 - 10.5.1. Mulheres e crianças
 - 10.5.2. Refugiados, deslocados e jornalistas
 - 10.5.3. Bens culturais e meio ambiente
- 10.6. O sistema de eficácia do DIH
 - 10.6.1. Instrumentos internacionais
 - 10.6.2. Análise da receção dos instrumentos internacionais
 - 10.6.3. A prática
- 10.7. Crimes de guerra e responsabilidade penal internacional do indivíduo
 - 10.7.1. Origens
 - 10.7.2. Evolução da sua regulamentação
 - 10.7.3. Tribunais internacionais com competência para julgar crimes de guerra
- 10.8. Limitações à utilização de certas armas nas hostilidades
 - 10.8.1. Declaração de São Petersburgo de 1868
 - 10.8.2. Regulamentos e costumes de Haia
 - 10.8.3. As Convenções de Genebra e o Protocolo Adicional I





- 10.9. O meio ambiente e o DIH
 - 10.9.1. O Princípio Geral da Proteção do Meio Ambiente
 - 10.9.2. O Direito do Ambiente e a sua aplicação
 - 10.9.3. Outras convenções internacionais
- 10.10. Movimento Internacional da Cruz Vermelha
 - 10.10.1. Cruz Vermelha e Crescente Vermelho
 - 10.10.2. Princípios do Movimento da Cruz Vermelha
 - 10.10.3. Comité Internacional da Cruz Vermelha

“

Inscreva-se neste Mestrado Próprio e posicione-se na vanguarda da defesa dos Direitos Humanos em diferentes contextos sociais”

0?

Metodologia

Este curso oferece uma maneira diferente de aprender. A nossa metodologia é desenvolvida através de um modo de aprendizagem cíclico: o **Relearning**.

Este sistema de ensino é utilizado, por exemplo, nas escolas médicas mais prestigiadas do mundo e é considerado um dos mais eficazes pelas principais revistas, como o **New England Journal of Medicine**.



“

Descubra o Relearning, um sistema que abandona a aprendizagem linear convencional para realizá-la através de sistemas de ensino cíclicos: uma forma de aprendizagem que tem provado a sua enorme eficácia, especialmente em disciplinas que requerem memorização”

Estudo de caso para contextualizar todo o conteúdo

O nosso programa oferece um método revolucionário para desenvolver as habilidades e o conhecimento. O nosso objetivo é fortalecer as habilidades num contexto de constante mudança, competitivo e altamente exigente.

“

Com a TECH irá experimentar uma maneira de aprender que está a revolucionar as bases das universidades tradicionais ao redor do mundo”.



Você terá acesso a um sistema de aprendizagem baseado na repetição, por meio de um ensino natural e progressivo ao longo de todo o programa.



Um método de aprendizagem inovador e diferente

Este programa da TECH é um programa de ensino intensivo, criado do zero, que propõe os desafios e decisões mais exigentes nesta área, tanto nacional quanto internacionalmente. Graças a esta metodologia, o crescimento pessoal e profissional é impulsionado em direção ao sucesso. O método do caso, técnica que constitui a base deste conteúdo, garante que a realidade económica, social e profissional mais atual seja adotada.

“ *O nosso programa prepara-o para enfrentar novos desafios em ambientes incertos e alcançar o sucesso na sua carreira.*

O estudante aprenderá, através de atividades de colaboração e casos reais, como resolver situações complexas em ambientes reais de negócios.

O método do caso é o sistema de aprendizagem mais utilizado nas principais escolas de negócios do mundo, desde que elas existem. Desenvolvido em 1912 para que os estudantes de Direito não aprendessem a lei apenas com base no conteúdo teórico, o método do caso consistia em apresentar-lhes situações realmente complexas para que tomassem decisões conscientes e julgassem a melhor forma de resolvê-las. Em 1924 foi estabelecido como um método de ensino padrão em Harvard.

Numa determinada situação, o que um profissional deveria fazer? Esta é a pergunta que abordamos no método do caso, um método de aprendizagem orientado para a ação. Ao longo do programa, os alunos vão deparar-se com múltiplos casos reais. Terão que integrar todo o seu conhecimento, investigar, argumentar e defender as suas ideias e decisões.

Metodologia Relearning

A TECH utiliza de maneira eficaz a metodologia do Estudo de Caso com um sistema de aprendizagem 100% online baseado na repetição, combinando diferentes elementos didáticos em cada lição.

Potenciamos o Estudo de Caso com o melhor método de ensino 100% online: o Relearning.

Em 2019, entre todas as universidades online em espanhol do mundo, alcançamos os melhores resultados de aprendizagem.

Na TECH aprenderá com uma metodologia de vanguarda projetada para capacitar os gerentes do futuro. Este método, na vanguarda da pedagogia mundial, chama-se Relearning.

A nossa Universidade é a única em língua espanhola autorizada a utilizar este método de sucesso. Em 2019 conseguimos melhorar os níveis de satisfação geral dos nossos alunos (qualidade de ensino, qualidade dos materiais, estrutura dos cursos, objetivos...) com relação aos indicadores da melhor universidade online em espanhol.



No nosso programa, o aprendizado não é um processo linear, mas acontece em espiral (aprendemos, desaprendemos, esquecemos e reaprendemos). Portanto, combinamos cada um desses elementos de forma concêntrica. Esta metodologia já capacitou mais de 650.000 universitários com um sucesso sem precedentes em campos tão diversos como a bioquímica, a genética, a cirurgia, o direito internacional, habilidades administrativas, ciência do esporte, filosofia, direito, engenharia, jornalismo, história, mercados e instrumentos financeiros. Tudo isso num ambiente altamente exigente, com um grupo de estudantes universitários de alto perfil socioeconômico e uma média de idade de 43,5 anos.

O Relearning permitir-lhe-á aprender com menos esforço e mais desempenho, fazendo com que se envolva mais na sua capacitação, desenvolvendo o seu espírito crítico e a sua capacidade de defender argumentos e contrastar opiniões, ou seja, uma equação de sucesso.

A partir das últimas evidências científicas no campo da neurociência, não sabemos apenas como organizar informações, ideias, imagens, memórias, mas sabemos também que o lugar e o contexto onde aprendemos algo é fundamental para a nossa capacidade de lembrá-lo e armazená-lo no hipocampo, para mantê-lo na nossa memória a longo prazo.

Desta forma, no que se denomina Neurocognitive context-dependent e-learning, os diferentes elementos do nosso programa estão ligados ao contexto onde o participante desenvolve a sua prática profissional.



Neste programa, oferecemos os melhores materiais educacionais, preparados especialmente para você:



Material de estudo

Todo o conteúdo didático foi criado pelos especialistas que irão ministrar o curso, especialmente para o curso, fazendo com que o desenvolvimento didático seja realmente específico e concreto.

Posteriormente, esse conteúdo é adaptado ao formato audiovisual, para criar o método de trabalho online da TECH. Tudo isso com as técnicas mais avançadas e oferecendo alta qualidade em cada um dos materiais que são colocados à disposição do aluno.



Masterclasses

Há evidências científicas sobre a utilidade da observação de terceiros especialistas.

O "Learning from an expert" fortalece o conhecimento e a memória, além de gerar segurança para a tomada de decisões difíceis no futuro.



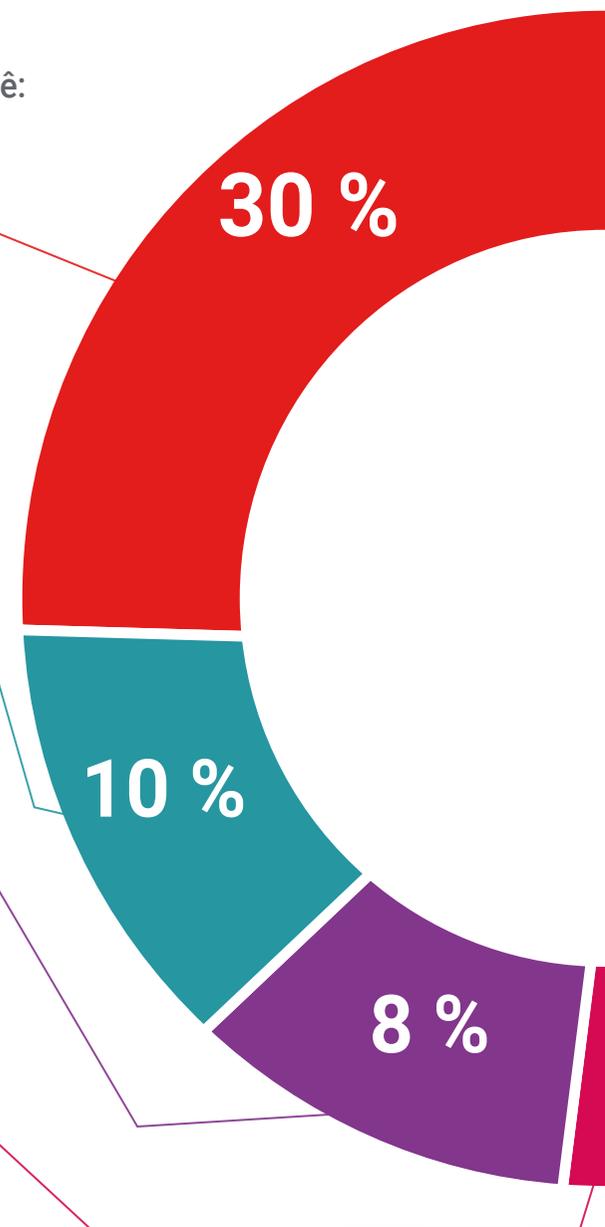
Práticas de habilidades e competências

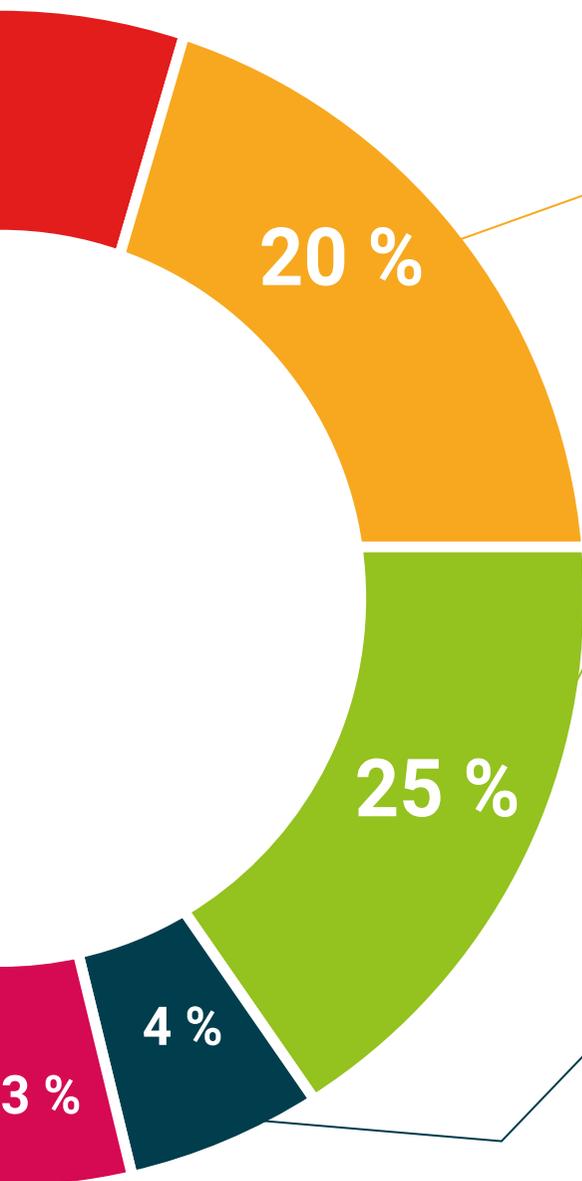
Serão realizadas atividades para desenvolver competências e habilidades específicas em cada disciplina. Práticas e dinâmicas para adquirir e desenvolver as habilidades e competências necessárias para que um especialista possa desenvolver-se dentro do contexto globalizado em que vivemos.



Leitura complementar

Artigos recentes, documentos científicos, guias internacionais, entre outros. Na biblioteca virtual da TECH o aluno terá acesso a tudo o que for necessário para complementar a sua capacitação.





Estudos de caso

Será realizada uma seleção dos melhores estudos de casos escolhidos especificamente para esta titulação. Casos apresentados, analisados e orientados pelos melhores especialistas do cenário internacional.



Resumos interativos

A equip da TECH apresenta o conteúdo de forma atraente e dinâmica através de pílulas multimédia que incluem áudios, vídeos, imagens, diagramas e mapas conceituais, com o objetivo de reforçar o conhecimento.

Este sistema exclusivo de capacitação por meio da apresentação de conteúdo multimédia foi premiado pela Microsoft como "Caso de sucesso na Europa".



Testing & Retesting

Avaliamos e reavaliamos periodicamente o seu conhecimento ao longo do programa, através de atividades e exercícios de avaliação e auto-avaliação, para que você possa comprovar que está alcançando os seus objetivos.



07

Certificação

O Mestrado Próprio em Direitos Humanos garante, para além de um conteúdo mais rigoroso e atualizado, o acesso a um grau de Mestre emitido pela TECH Universidade Tecnológica.



“

Conclua este plano de estudos com sucesso e receba o seu certificado sem sair de casa e sem burocracias”

Este **Mestrado Próprio em Direitos Humanos** conta com o conteúdo educativo mais completo e atualizado do mercado.

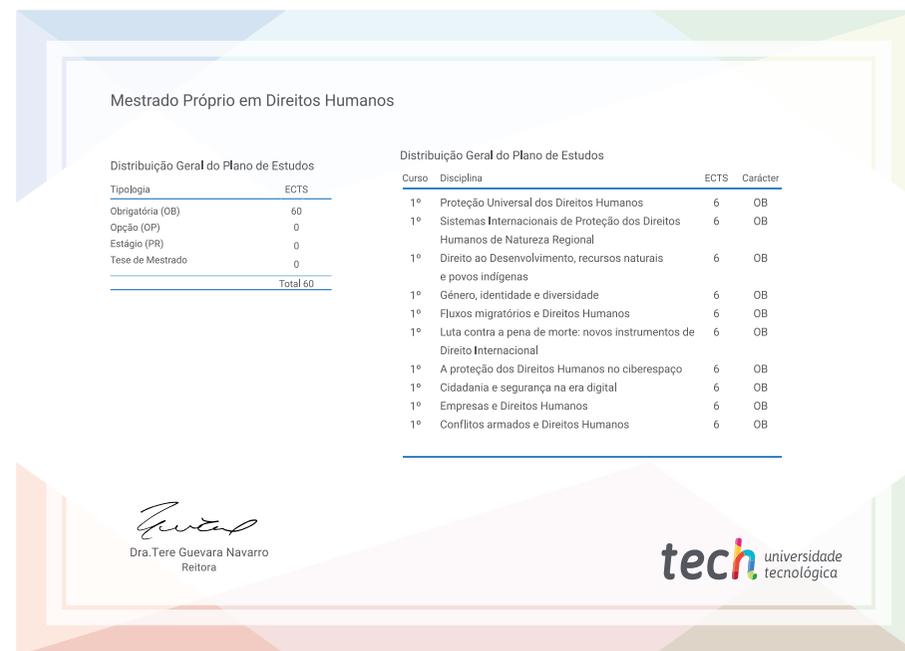
Uma vez aprovadas as avaliações, o aluno receberá por correio, com aviso de receção, o certificado* correspondente ao título de **Mestrado Próprio** emitido pela **TECH Universidade Tecnológica**.

O certificado emitido pela **TECH Universidade Tecnológica** expressará a qualificação obtida no Mestrado Próprio, atendendo aos requisitos normalmente exigidos pelas bolsas de emprego, concursos públicos e avaliação de carreiras profissionais.

Certificação: **Mestrado Próprio em Direitos Humanos**

ECTS: **60**

Carga horária: **1500 horas**



*Apostila de Haia Caso o aluno solicite que o seu certificado seja apostilado, a TECH EDUCATION providenciará a obtenção do mesmo com um custo adicional.



Mestrado Próprio Direitos Humanos

- » Modalidade: online
- » Duração: 12 meses
- » Certificação: TECH Universidade Tecnológica
- » Créditos: 60 ECTS
- » Horário: Ao seu próprio ritmo
- » Exames: Online

Mestrado Próprio

Direitos Humanos

